

Análise da narrativa do Jornal Nacional sobre o lançamento da proposta de reforma trabalhista

Analysis of the Jornal Nacional narrative on the release of the labour reform proposal

Raylton Alves BATISTA*

<https://orcid.org/0000-0003-0372-0807>

Resumo: Este trabalho realiza a análise da reportagem relativa ao lançamento da proposta de reforma trabalhista apresentada pelo governo do então presidente Michel Temer, veiculada no Jornal Nacional de 22 de dezembro de 2016. Para tanto, empregou-se a Análise Crítica da Narrativa como método para apreender a relação comunicativa entre narrador e telespectador inerente à reportagem sob exame, veiculada pelo telejornal de maior audiência no Brasil. Para cumprir esse objetivo, recompõem-se a narrativa e os episódios que a integram. Também se examinam os conflitos conexos e os papéis dos personagens da reportagem. Delineia-se, ainda, a lógica narrativa e a estratégia argumentativa adotadas no material jornalístico analisado. Por fim, metanarrativas, que permeiam a reportagem como pano de fundo, também são objeto da análise.

Palavras-chave: Análise Crítica da Narrativa; reforma trabalhista; jornalismo; telejornalismo; Jornal Nacional.

Abstract: This paper analyses the report broadcast by Jornal Nacional, Globo TV's news programme, on December 22, 2016, regarding the launch, by the Brazilian former President Michel Temer, of the labour reform proposal. The Critical Narrative Analysis method was used to understand the communication relationship between the narrator and his viewers concerning this specific story by Globo TV news, the most watched news programme in Brazil. To achieve this, the narrative and the episodes in question were reconstructed. The paper also examines conflicts, connexions and the role of news personalities. This approach delineates the narrative logic and argumentative strategy adopted in the television content analysed. Metanarratives, which permeate the reportage as background, are also included in this analysis.

Keywords: Critical Analysis of Narrative; labour reform; journalism; television news; Jornal Nacional.

Submetido em: 6/4/2019. Revisto em: 10/10/2019. Aceito em: 20/11/2019.

1 Introdução

Este artigo tem como objeto a reportagem do Jornal Nacional (JN), telejornal da TV Globo, sobre o lançamento da proposta de reforma trabalhista pelo governo federal em 22 de dezembro de 2016. Tal material jornalístico tem o repórter Marcos Losekann como narrador e é intitulado de *Governo anuncia propostas para modernizar leis trabalhistas de 1940* no site (GOVERNO..., 2016) do telejornal.

* Jornalista. Mestre em Comunicação. Jornalista com atuação na Agência Nacional de Águas (ANA, Brasília (DF), Brasil). Setor Policial (SPO), Área 5, Quadra 3, Blocos B, L, M, N, O e T - Brasília (DF), CEP.: 70610-200. E-mail: <raylton@gmail.com>.

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Essa proposta de reforma trabalhista foi submetida pelo governo federal ao Congresso Nacional via Projeto de Lei nº 6.787, em 23 de dezembro de 2016, dia seguinte à veiculação da reportagem do JN. A proposta visava a alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. O próprio Michel Temer defendeu a reforma, em 24 de agosto de 2016, em discurso proferido durante solenidade no Palácio do Planalto, segundo o *site* G1 (MATOSO, 2016). Para o então presidente da República, a finalidade da reforma, num contexto de grave crise econômica, seria estimular a geração de empregos por meio da flexibilização da legislação trabalhista. A proposta previa o parcelamento de férias em até três períodos, aumento da jornada de trabalho de oito para até 12 horas diárias, regras sobre trabalho remoto, possibilidade de renegociação entre patronato e trabalhadores a respeito da extensão de um acordo coletivo após sua expiração, dentre outros pontos.

Para Krein (2018), a reforma trabalhista é uma forma de regulação estatal do trabalho no Brasil em defesa de interesses privados. Assim, contribui para o desmonte de direitos trabalhistas, na medida em que promove a flexibilização da regulação laboral, inclusive com a admissão da prevalência do acordado sobre o legislado. Com a redação dada pela Lei nº 13.467/2017, que formalizou a reforma, há uma fragilização das instituições públicas com atuação na seara trabalhista e o enfraquecimento dos sindicatos, devido à retirada da obrigatoriedade da contribuição sindical. Para o autor, a reforma acarreta o aumento da insegurança dos trabalhadores e a perda de direitos. Também há uma diminuição da proteção social dos trabalhadores em virtude do estímulo à terceirização, *pejotização*¹ e ampliação da rotatividade dos empregados, pois tais processos tendem a reduzir o vínculo de trabalhadores com as empresas e as contribuições previdenciárias para a seguridade social.

Este trabalho visa a revelar a relação comunicativa – os sentidos – entre o narrador da reportagem do JN sobre o lançamento da proposta de reforma trabalhista e as interpretações objetivas e subjetivas por parte dos destinatários da narração: os telespectadores. Para que esse objetivo seja alcançado, a pesquisa pautar-se-á pelo exame das três instâncias analíticas da narrativa: plano da estória (conteúdo), plano da expressão (discurso) e plano da metanarrativa (plano de fundo). Para tanto, este trabalho percorrerá os movimentos da Análise Crítica da Narrativa (ACN) a serem especificados na seção sobre esta abordagem teórico-metodológica.

A reportagem em questão foi escolhida para a análise por ter abordado, de maneira mais aprofundada, a reforma trabalhista proposta pelo governo Temer, pois teve 8 minutos de duração numa edição de quinta-feira do JN, tempo equivalente a um bloco inteiro do telejornal mais assistido do País². Tamanho espaço demonstra a relevância do tema, dado que, de fato, a reforma trabalhista proposta poderia ocasionar alterações expressivas das relações entre trabalhadores e empregadores no Brasil.

Este trabalho adotará o método da ACN, desenvolvido pelo pesquisador Luiz Gonzaga Motta, de modo a permitir análises de narrativas, como as jornalísticas. Por isso, foi o método

¹ Processo em que o trabalhador se torna uma pessoa jurídica para desempenhar um determinado trabalho, com o objetivo de afastar obrigações trabalhistas para o contratante.

² A título de exemplo, dados de audiência entre 14 e 20 de outubro de 2019 em 15 regiões metropolitanas, aferido pelo Kantar IBOPE Media, apontou que o Jornal teve média de 29,5% da audiência do seu horário de veiculação. No período, o telejornal foi o mais assistido da emissora (KANTAR IBOPE MEDIA, 2019).

escolhido para a análise da narrativa do JN sobre o envio da proposta de reforma trabalhista ao Congresso Nacional pelo governo Temer. As seguintes razões para se estudar narrativas, conforme Motta (2013), também motivaram o uso do método da ACN: compreender como elas produzem consensos a partir de dissensos e como se configuram como meios para representação do mundo onde vivemos.

Em termos metodológicos, tal análise levará em consideração principalmente aspectos qualitativos, como as ideias expressas pelo repórter Marcos Losekann, pelas fontes de informação que falam por meio da reportagem e pelas fontes que se pronunciam indiretamente por meio dos âncoras do telejornal. Os conflitos que se manifestam na narrativa também serão objeto de uma análise qualitativa. No entanto, um aspecto quantitativo será considerado: o tempo de fala de cada personagem desta estória³.

Conforme os objetivos propostos, este artigo começa com uma seção com uma visão panorâmica sobre a fenomenologia, cujos princípios serviram de base para a ACN, segundo Motta (2013). Na sequência, a segunda seção versa sobre os procedimentos metodológicos desse tipo de análise, que devem ser observados durante sua aplicação. A terceira seção contém uma análise crítica da narrativa aplicada à reportagem do Jornal Nacional selecionada. Por fim, tecem-se as considerações finais.

2 A fenomenologia como base para a Análise Crítica da Narrativa (ACN)

A ACN se constitui numa técnica hermenêutica, visto que essa abordagem teórico-metodológica opera onde não há compreensão sobre algo. De acordo com Motta, a hermenêutica pode ser, assim, definida: “[...] uma técnica de interpretação dos discursos a respeito de uma realidade constituída de fenômenos concretos e abstratos” (MOTTA, 2013, p. 124). A partir desta perspectiva hermenêutica, o pesquisador faz uma ponte para a fenomenologia, que é a base para a abordagem teórico-metodológica da ACN:

O caminho da fenomenologia permite não apenas compreender os ajustes lógicos do discurso narrativo em resposta aos desejos e intenções da situação comunicativa, mas permite também aceder à sua significação integral e ao sentido dessa significação no contexto social e histórico (MOTTA, 2013, p. 123)

Husserl (2005) define a fenomenologia como um método de reflexão sobre *aquilo que se mostra*, ou seja, uma forma de se entender os fenômenos físicos ou abstratos que se revelam para o ser humano. Para que tal propósito seja alcançado, Bello (2006) afirma que é necessário buscar o sentido dos fenômenos para que eles possam ser compreendidos em sua essência. Para Schutz (1995), esta abordagem científica tem como foco os significados dos objetos e não os objetos em si. Ao elaborar uma definição sobre a fenomenologia, Ricoeur (1983) afirma que ela considera as operações de compreensão em suas relações com a interpretação da polissemia – sentidos diversos – contida num texto.

³ A opção pela palavra *estória*, um brasileirismo de 1912, consoante o registro pelo dicionário Houaiss (ESTÓRIA, 2001), deve-se à distinção que precisa ser feita da palavra *história*, que aqui tem a acepção de texto escrito pela historiografia.

Segundo Motta (2013), a ACN observa os detalhes da estória analisada, sendo que cada um deles conduz a novas interpretações. Assim, a narrativa que serviu como ponto de partida se modifica e passa a ser uma nova narrativa reconstruída pelo pesquisador. Tal processo transcorre sempre considerando a estória como um todo que não se configura como algo fechado em si mesmo, mas como objeto que precisa ter sua produção e recepção analisadas sem perder de vista que a narrativa está inserida num determinado contexto cultural, social e histórico. Para o autor, a ACN focaliza a relação comunicativa – o sentido criado – entre narrador e destinatário da narração.

3 Procedimentos metodológicos

Motta (2013) propõe que as estórias podem ser analisadas por meio de três instâncias de análise do discurso narrativo, que se sobrepõem mutuamente: plano da expressão (discurso), plano da estória (conteúdo) e plano da metanarrativa (tema de fundo). As três podem ser utilizadas para fins da ACN, sendo que o plano da estória é o principal, pois focaliza a narrativa em si e é complementado pelos outros dois planos. De modo que um analista tenha condições para proceder à ACN, Motta (2013) elenca sete movimentos a serem seguidos, que abordam separada ou conjuntamente essas três instâncias.

O primeiro movimento da ACN é compreender a intriga como síntese do heterogêneo, em que o analista deve entender a essência da estória e perceber seu início, meio e fim. No caso de narrativas jornalísticas, o fim da estória muitas vezes não está definido, o que leva o analista a delimitá-la para que a análise tenha pontos de partida e de chegada. Com base na síntese elaborada, pode-se identificar pontos de virada, conflitos, papéis dos personagens, episódios e outros aspectos que sejam relevantes na composição da intriga. Assim, torna-se possível perceber como se inter-relacionam os planos da estória, da expressão e da metanarrativa.

O segundo movimento é compreender a lógica do paradigma narrativo. Para tanto, com base em sua análise, o analista desconstrói a estória para poder apreender as partes que a compõem e para chegar à lógica com que a narrativa foi elaborada. Destarte, Gancho (2006) define a análise de uma narrativa como a ação de separar as partes, compará-las e tirar conclusões lógicas que guardem coerência com o material analisado. Segundo Ricoeur (1994), a lógica narrativa não é pautada por uma simples sequência de ações, mas pelo encadeamento lógico e verossímil de ações ou sequências que se relacionem de maneira causal com outras ações ou sequências.

Como terceiro movimento, o analista deve deixar que surjam novos episódios, dimensão em que acontecem as transformações da estória. Motta (2008) os define como “[...] unidades narrativas analíticas intermediárias que relatam conjuntos de ações relativamente autônomos” (MOTTA, 2008, p. 150). Ao perceber novos episódios a partir da reconstrução da narrativa e ao identificar temáticas dentro dela, o analista pode identificar estratégias do narrador na construção dos sentidos.

O quarto movimento metodológico é permitir ao conflito se revelar. De acordo com Motta (2013), o conflito é um elemento central na ACN, pois apresenta o enquadramento e o ponto de vista de quem narra, além de ser a forma utilizada pelo narrador para organizar a realidade que pretende enunciar a seu público. Por meio da identificação dos conflitos, também é

possível entender como o narrador posiciona cada personagem em relação aos outros e compreender como ele mantém a narrativa interessante para seu público.

Compreender o papel de cada personagem é o quinto movimento desse tipo de análise. Dessa maneira, compete ao analista caracterizar quem são os personagens que o narrador criou no âmbito de sua estratégia argumentativa e o porquê de cada um deles apresentar determinadas qualidades ou defeitos. Sobre personagens jornalísticos, Motta (2013) alerta que o analista não pode confundir as pessoas de carne e osso com os personagens que habitam a realidade da estória. De modo complementar, será utilizado um enfoque quantitativo para aferir o tempo concedido a cada personagem da reportagem aqui estudada.

Vários autores apontam o papel central que o personagem exerce na estória. Entre eles está Barthes (1971), segundo o qual não existem narrativas sem personagens. Reuter (2002) os define como elementos-chave na projeção da estória, porque são eles que vivem e realizam ações na narrativa, que se constitui numa intriga entre personagens. Gancho (2006) destaca que o personagem é uma criação do discurso narrativo – por mais que se refira a uma pessoa de carne e osso, como acontece nas notícias – e tem a função de realizar as ações no enredo. Para Field (2001), o personagem é o coração, a alma e o sistema nervoso da narrativa. Conforme Pavis (2007), personagens são o ponto de passagem de todos os acontecimentos de uma estória.

“Nenhuma narrativa é ingênua, neutra, imparcial; toda narrativa é argumentativa [...]” (MOTTA, 2013, p. 196). Por isso, o sexto movimento da ACN busca compreender as estratégias argumentativas do narrador, ou seja, as retóricas narrativas utilizadas para seduzir, angustiar, envolver, convencer e provocar efeitos de sentido no público – efeitos que geram interpretações objetivas e subjetivas nos destinatários da estória.

Por fim, o sétimo movimento metodológico visa a permitir que as metanarrativas aflorem, pois estórias contêm razões éticas e morais como pano de fundo. Ao compreender tais elementos, o analista pode perscrutar a narrativa a ponto de ser possível trazer à luz os mitos e valores mais profundos que compõem as metanarrativas culturais.

4 Análise da narrativa do Jornal Nacional sobre o lançamento da proposta de reforma trabalhista pelo governo federal

Para iniciar a análise crítica da narrativa do Jornal Nacional sobre o lançamento da proposta de reforma trabalhista pelo governo federal, em 22 de dezembro de 2016, este trabalho busca compreender a intriga narrada como síntese do heterogêneo. Assim, a estória veiculada tem como início o lançamento em si da proposta de reforma em solenidade no Palácio do Planalto com a presença de autoridades governamentais e representantes de entidades patronais e sindicais. O desenvolvimento da reportagem se dá por meio de discursos e entrevistas com participantes do evento. Também há uma entrevista fora do Palácio com José Pastore, economista e professor na Universidade de São Paulo (USP). A parte intermediária da narrativa também conta com infográficos explicando as mudanças nas leis trabalhistas propostas pela reforma. O fim da estória se refere à decisão do governo federal de renomear o Programa de Proteção ao Emprego, criado ainda no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, para Programa Seguro Emprego, além de alterar suas regras a fim de evitar a perda de postos de trabalho.

Um dos conflitos principais apresentados pela reportagem de Marcos Losekann é a dualidade entre um suposto anacronismo das leis trabalhistas – já que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi criada em 1943 – e o caráter progressista de normas que supostamente seriam mais condizentes com o contexto contemporâneo das relações trabalhistas⁴. Outro conflito significativo que permeia a narrativa está nas possibilidades de negociação trazidas pela proposta de reforma em oposição a uma litigiosidade supostamente comum entre trabalhadores e empregadores – manifesta num grande número de ações na Justiça do Trabalho.

Desses conflitos decorrem outros que assumem papel secundário na estória, como as dualidades entre: progresso ou atraso, normas vigentes ou futuras, segurança ou insegurança jurídica, aumento ou redução de gastos públicos com a Justiça do Trabalho, liberalismo ou intervencionismo, manutenção ou retirada dos direitos dos trabalhadores.

Os personagens que compõem a narrativa do JN são basicamente de cinco categorias: jornalistas, políticos, representantes de entidades patronais e sindicais e um economista com atuação acadêmica. Representado pelo então presidente da República, Michel Temer, e pelo então ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, o governo federal aparece como o protagonista da estória, já que propõe novas normas com o intuito de modernizar as relações trabalhistas e conferir mais dinamismo ao mercado de trabalho e, por conseguinte, à economia nacional. Outra consequência seria reduzir o alto nível de desemprego no Brasil.

Na fala de Temer selecionada pelo repórter do Jornal Nacional, que tem 42s (7,3% do total do vídeo), uma série de elementos reforçam a efusividade governamental quanto ao lançamento da proposta de reforma. Nesse sentido, o então presidente afirma: “O governo acaba de ganhar, Paulo Skaf, um belíssimo presente de Natal”. O político enfatiza, ainda, que a proposta foi elaborada com o intuito de trazer paz entre empregadores e empregados de modo a reduzir litígios trabalhistas. O então ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, tem o maior espaço na narrativa do JN, com 1min02s (13,4% do total). Por meio de suas falas, o ministro procura deixar claro que a reforma trabalhista manteria a jornada de trabalho padrão de 44 horas semanais e reforça o viés positivo das mudanças propostas para a legislação trabalhista, por meio da seguinte declaração: “O governo está regulamentando algumas práticas que já existem no mundo do trabalho para trazer segurança jurídica”.

Como adjuvantes⁵ e coadjuvantes da narrativa estão os personagens indicados a seguir que se manifestam explicitamente, por meio de discursos ou entrevistas, sua concordância com a proposta de reforma trabalhista. O primeiro adjuvante a ter voz na reportagem do JN é o então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Paulo Skaf, cujo discurso preenche 22s (4,7%) do tempo da estória. O representante das indústrias paulistas – o qual é mencionado diretamente por Temer, demonstrando sua interlocução próxima com o governo federal – deixa claro que as pessoas, famílias e empresas entendem o que é melhor para elas, não o governo. Um pronunciamento dessa ordem evidencia o conflito entre

⁴ Trata-se de uma informação claramente enviesada, ante o fato de o Decreto-Lei nº 5452/1943 ter sofrido atualizações legislativas em grande número antes da Lei nº 13.467/2017.

⁵ O dicionário Houaiss define *adjuvante* da seguinte maneira: “[...] diz-se de ou função desempenhada, numa narrativa, por personagem ou força cuja atuação, presença etc. ajuda a realizar o desejo do herói” (ADJUVANTE, 2001).

liberalismo e intervencionismo, com notória opção pela perspectiva econômico-liberal que defende uma redução da atuação estatal na sociedade. Ademais, Skaf evidencia em seu discurso o embate entre o novo e o retrógrado: “[...] porque nós estamos falando aqui é de trazermos e iniciarmos uma modernização, uma evolução trazendo essa legislação engessada da década de 50 [sic] para os dias de hoje” (SKAF apud apud GOVERNO..., 2016, não paginado). Essa questão fica clara pela contraposição entre os termos *evolução* e *engessada*.

Outro representante de indústrias, ou seja, de empregadores, presente na reportagem é o então vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Paulo Afonso Pereira. Em seu discurso durante a solenidade de lançamento da reforma trabalhista, Pereira qualifica positivamente a proposta, como: “momento de glória”, “momento positivo” e “mudança sonhada”. Durante os 32s (6,9% do total) em que fala, o representante da CNI aponta a importância da reforma para a redução de litígios entre empregadores e trabalhadores. Além disso, chama a atenção para a problemática relativa ao aumento de gastos públicos com a Justiça do Trabalho: “[...] se não fizermos essas mudanças que o senhor [presidente Temer] está propondo hoje, nós vamos ter que aumentar a Justiça do Trabalho” (TEMER apud apud GOVERNO..., 2016, não paginado).

Após a cerimônia de lançamento da proposta de reforma trabalhista, o repórter Marcos Losekann entrevista o então secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, como representante dos trabalhadores. O local da solenidade é utilizado como pano de fundo, o que pode indicar que o representante sindical não teve espaço para discursar no evento. O trecho da entrevista selecionado pelo Jornal Nacional contém a mensagem veemente de que os direitos dos trabalhadores não serão afetados. Ademais, a dualidade entre litígios trabalhistas e as negociações para solucioná-los aparece nitidamente em declaração de Gonçalves ao JN: “Isso é um passo importante, e eu creio que valoriza a negociação no nosso país” (GONÇALVES apud GOVERNO..., 2016, não paginado).

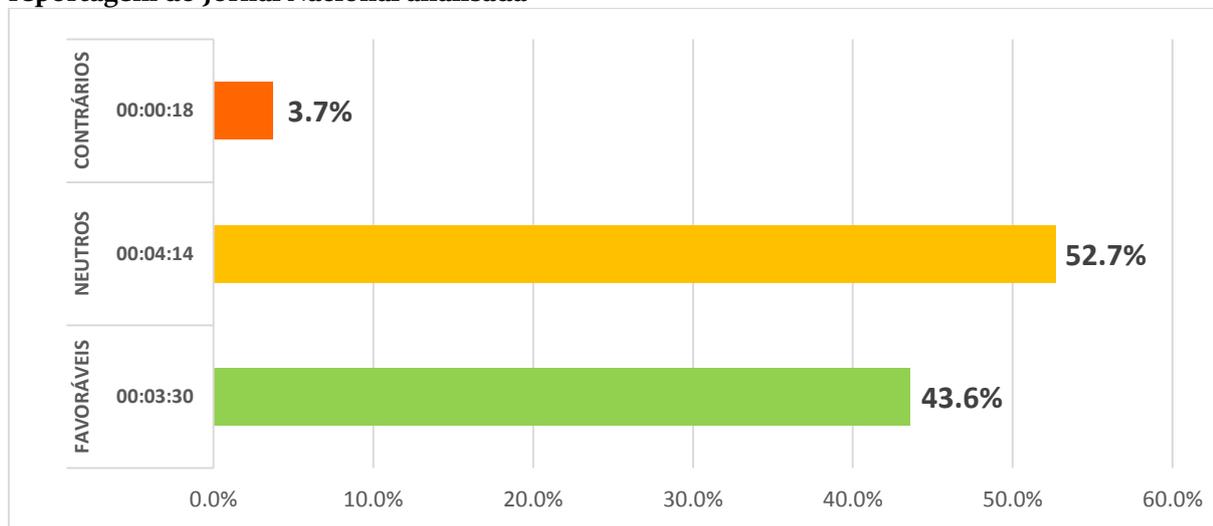
Nessa reportagem, o Jornal Nacional configura como antagonista a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a qual se manifesta contrariamente à reforma trabalhista por meio de nota⁶ lida resumidamente em 18s (3,9% do tempo total) pela âncora daquela edição do telejornal, Giuliana Morrone. Intitulada de *Temer acaba com o Natal dos trabalhadores*, a nota foi publicada no *site* da CUT às 18h23 do próprio dia de veiculação do JN. A nota pelada – lida pela âncora – contém expressões que configuram o papel antagônico e crítico da Central Única dos Trabalhadores sobre o tema em questão: “A CUT negou ter participado das negociações da reforma, que chamou de ineficaz porque, segundo a entidade, não enfrenta a estagnação econômica, a crise da indústria e o desemprego”.

Acerca da seleção das fontes, que geralmente é um processo subjetivo realizado pelos jornalistas, segundo Motta (2008), seis delas claramente se manifestam favoravelmente à reforma trabalhista durante e após a solenidade de lançamento da proposta. Por outro lado, somente uma fonte contrária à reforma figura na reportagem do JN. Ressalte-se que há um tratamento claramente assimétrico, visto que há apenas menção de ter emitido nota oficial a respeito do tema em seu *site*. Além da desproporcionalidade do número de fontes por tipo de posicionamento sobre a reforma trabalhista, o gráfico a seguir demonstra o tempo que a

⁶ Nota publicada em: Central Única dos Trabalhadores (2016).

reportagem dá para abordagens favoráveis, desfavoráveis ou neutras quanto à proposta de reforma do governo Temer. Os trechos neutros correspondem às informações sobre o tema, como exemplos de mudanças propostas pela reforma.

Figura 1 - Gráfico sobre tempo e percentual dado aos posicionamentos sobre a reforma trabalhista na reportagem do Jornal Nacional analisada



Fonte: Elaboração do autor.

Essa diferença tão expressiva entre os posicionamentos divergentes quanto à reforma trabalhista pode ser questionada, já que garantir a proporcionalidade de pontos de vista contraditórios sobre um tema noticiado é condição basilar para uma boa prática jornalística. Nesse sentido, Pena (2017) pondera que um dos pilares da ética jornalística é a igualdade de opiniões contraditórias. Para Bucci (2013), o jornalista tem como dever ouvir lados distintos que tenham participação numa mesma estória, pois o cliente do profissional de imprensa deve ser o cidadão.

Na matéria em questão, o *outro lado* até é ouvido, mas indiretamente, com uma breve menção a uma nota publicada no *site* da CUT. Daí decorre o seguinte questionamento: por que o JN não entrevistou alguma fonte divergente quanto à reforma, como algum representante da CUT, de outra entidade sindical ou mesmo um especialista na temática trabalhista com posicionamento divergente sobre a reforma? A única fonte que representa trabalhadores com voz ativa na reportagem do Jornal Nacional, a Força Sindical, faz com que o telespectador tenha a impressão de que o contraditório – os dois lados do jornalismo – faz-se presente. Porém, a rigor, esse efeito de real é ilusório, já que a entidade sindical era manifestamente favorável à reforma trabalhista. Tal apoio pode ser observado em virtude da nota oficial⁷ intitulada *Proposta de Medida Provisória do Programa Seguro e Emprego está em linha com o bom senso*. Esse texto foi publicado no *site* da Força Sindical em 21 de dezembro de 2016, um dia antes da cerimônia de lançamento da reforma pelo governo, ou seja, a entidade também apoiava as mudanças propostas para a legislação trabalhista.

Os episódios da reportagem estão encadeados na seguinte sequência: apresentação da proposta de reforma trabalhista, clímax, consolidação dos posicionamentos favoráveis e

⁷ Nota oficial disponível em: Força Sindical (2016).

questionamento à iniciativa governamental. Tais episódios serão detalhados na análise sobre a lógica da narrativa em questão do Jornal Nacional. Com base na análise dos conflitos, personagens e episódios da reportagem do JN, é possível sintetizar a narrativa em análise da seguinte maneira: para modernizar as leis trabalhistas do Brasil, o governo federal lançou proposta de reforma trabalhista a ser encaminhada para o Congresso Nacional. A iniciativa governamental é endossada pelos representantes dos empregadores, trabalhadores e especialistas no assunto, sendo que há uma voz divergente: a CUT.

A lógica da narrativa é estruturada a partir do lançamento da reforma e da explicação didática sobre pontos supostamente mais significativos que a proposta do governo Temer pretendia alterar na legislação trabalhista vigente naquele momento. Tais explicações são intercaladas por um discurso do então ministro do Trabalho. Além disso, esclarecimentos sobre a reforma também são retomados ao fim da matéria, quando o repórter Marcos Losekann cita mudanças no Programa de Proteção ao Emprego em vigor à época. Esse episódio da estória antecede o clímax, que se dá com o discurso do então presidente da República sobre a importância da proposta de reforma trabalhista, que seria um “[...] belíssimo presente de Natal [...]” (TEMER apud GOVERNO..., 2016, não paginado) para o próprio governo federal, segundo palavras de Michel Temer. Em seguida há uma sequência de quatro fontes que se declaram favoravelmente à reforma trabalhista e apontam benefícios que ela poderia trazer. Por fim, há um breve episódio de contestação, no qual há discordância sobre as mudanças nas leis trabalhistas do Brasil.

As narrativas possuem sempre alguma finalidade. “Quem narra tem sempre algum propósito ao narrar: nenhuma narrativa é ingênua, muito menos a narrativa jornalística” (MOTTA, 2008, p. 155). Nesse sentido, a reportagem do Jornal Nacional que é objeto desta análise tem como estratégias para construção dos efeitos de real a utilização de fontes institucionais que representam o governo, os empregadores, os trabalhadores e a academia. Esse tipo de fonte privilegiada socialmente por seu aspecto institucional, como as fontes presentes nesta estória contada pelo JN, também confere legitimidade aos conteúdos veiculados por meio da imprensa. Outro efeito de real se dá por meio da repetição sistemática das virtudes da reforma trabalhista, que corresponde a 3min30s (45,4%) da reportagem. Nada menos que seis das sete fontes utilizadas se manifestam favoravelmente à proposta governamental. Ademais, a narrativa do telejornal apresenta efeitos de real ao exemplificar alguns dos pontos contidos na proposta de alteração da legislação trabalhista brasileira durante 2min24s (31,1% do tempo total).

Já como estratégias de subjetivação, a reportagem de Marcos Losekann, como a maioria das notícias veiculadas diariamente, gera efeitos emocionais nos telespectadores. Entre as sensações que podem ser ativadas no público está a esperança de dias melhores por meio da modernização da legislação trabalhista proposta pelo governo Temer perto da virada para 2017, ano seguinte ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Tal sensação é reforçada pela linguagem adotada, que adjetiva a reforma como promotora de modernização de uma legislação supostamente anacrônica por ter sido criada na década de 1940. No discurso dos adeptos da reforma, ela é definida como *engessada*. A narrativa também é incrustada de expressões que a qualificam positivamente como *um presente, uma glória, momento positivo, mudança*, entre outras que apontam para um panorama promissor em termos de mercado de trabalho após a implementação da reforma.

Além disso, a reportagem transmite uma impressão de que há um sentido consensual acerca do tema, em razão da forma como foi narrada pelo Jornal Nacional, o que transmite um sentido de estabilidade ao telespectador. Com efeito, a reportagem configura o governo como um agente agregador, capaz de gerar consensos sobre uma temática crucial para a sociedade, as relações de trabalho, entre setores com interesses tão dissonantes, como empregadores e trabalhadores, num momento inicial de fragilidade política de um governo pós-*impeachment*. Sob esta perspectiva, trechos que enfatizam a estabilidade a ser trazida pela reforma trabalhista permeiam a linguagem presente na reportagem, como exemplificam as expressões: *minirreforma, paz entre trabalhadores e empregados, reduzir o número de ações na Justiça Trabalhista, reduz até os litígios trabalhistas, mantém os direitos dos trabalhadores, vai trazer benefícios muito grandes para os dois lados*, entre outras afirmações do gênero contidas nessa reportagem.

Na narrativa do Jornal Nacional sobre o lançamento da proposta de reforma trabalhista pelo governo Temer, a estratégia para transmissão de sentido se dá a partir de narrações do repórter Marcos Losekann especialmente sobre mudanças na legislação trabalhista e de que modo elas poderiam modificar as relações entre empregadores e trabalhadores. Tais intervenções não contêm um posicionamento explícito sobre o tema da pauta nem por parte do jornalista, nem por parte de seu veículo. Pode-se inferir a intencionalidade do polo narrador com base na análise das lacunas apresentadas, visto que a quase ausência de contraditório (apenas 18s entre os 8min02s do vídeo) conduz o telespectador ao sentido pretensamente uniforme e unívoco de que a reforma seria uma questão consensual entre empregadores e empregados. Sobre esse aspecto, Iser (1999) propõe que a relação entre narrador e público acontece por meio de uma negociação em que as lacunas são preenchidas pelos receptores.

Para Motta (2008), esse pacto entre narrador e destinatário da narrativa acontece por meio da estratégia textual do jornalista de *relatar a verdade*, que é validada pelo público dos veículos noticiosos. Nesse sentido, esse público acredita estar perante a verdade dos fatos ao recorrer a um determinado veículo de comunicação na busca por notícias. No entanto, cabe ressaltar que existem questionamentos sobre a relação entre jornalismo e verdade, assim como entre jornalismo e realidade. “Na nova ordem da comunicação perpétua, o Jornalismo não tem mais que se ver com a questão do real, e muito menos ainda com a questão da verdade, eterno incômodo da alma humana” (CONTRERA, 2004, p. 30).

Motta (2008) também aborda a questão das metanarrativas – de ordem ética, moral ou filosófica – que são contadas e recontadas diuturnamente pelo noticiário. “Os jornalistas só destacam certos fatos da realidade como notícia porque estes fatos transgridem algum preceito ético ou moral, alguma lei, algum consenso cultural” (MOTTA, 2008, p. 164). No caso da reportagem do Jornal Nacional, pode-se interpretar como metanarrativa que, no Brasil, o Estado atrapalha a iniciativa privada a exercer suas atividades com eficiência, pois há uma burocracia marcada por uma série de normativos anacrônicos que engessam as relações de trabalho. Outra metanarrativa presente indica que os empregadores só não contratam mais em virtude dos empecilhos burocráticos representados pela legislação trabalhista. Logo, pode-se depreender que a relação entre empregadores e empregados tornar-se-ia mais pacífica e dinâmica sem a interferência estatal, o que estimularia a criação de mais postos de trabalho e consequentemente reduziria o desemprego.

Considerações finais

Por intermédio da ACN, este trabalho examina a relação comunicativa – sentido produzido – da narrativa do Jornal Nacional sobre o lançamento da proposta de reforma trabalhista pelo governo Temer em 22 de dezembro de 2016. Para tanto, as três instâncias de análise são levadas em conta no estudo da reportagem do JN sobre o tema: plano da estória (conteúdo), plano da expressão (discurso) e plano da metanarrativa (plano de fundo). Também foram aplicados os movimentos ou procedimentos para aplicação dessa abordagem teórico-metodológica desenvolvida por Luiz Gonzaga Motta.

A estória contada pelo telejornal de maior audiência do País se inicia com o lançamento da proposta de reforma trabalhista pelo governo Temer, passa pela explicação das possíveis alterações da legislação trabalhista vigente à época, apresenta discursos favoráveis à reforma e termina com uma crítica às mudanças apresentadas. Há uma estruturação de episódios e uma lógica narrativa que concatenam os acontecimentos da seguinte maneira: apresentação da reforma, clímax com os discursos do então presidente da República e do então ministro do Trabalho, consolidação das ideias transmitidas pelo governo federal com falas favoráveis à proposta por parte de representantes patronais e dos trabalhadores (Força Sindical) e um questionamento ao fim da reportagem por parte de outra entidade sindical (CUT).

Basicamente são dois os conflitos principais na reportagem de Marcos Losekann: o antagonismo entre o progresso e o atraso e a presumida vantagem do negociado sobre o legislado. De fato, a prevalência do primeiro conflito se identifica na medida em que durante todo o vídeo fica evidente a oposição entre as novidades trazidas pela reforma trabalhista e as regras supostamente ultrapassadas da década de 1940. Quanto ao segundo conflito, a reportagem apresenta como vantagem para as relações de trabalho a possibilidade de negociação entre empregadores e trabalhadores, ao mesmo tempo em que se mostraria capaz de mitigar os litígios travados por ambos na Justiça do Trabalho.

Funcionam como protagonistas dessa estória o então presidente da República, Michel Temer, assim como o então ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, visto que o governo federal é apresentado como um ente agregador das relações historicamente conflituosas no Brasil entre empregadores e empregados. Os representantes da FIESP, da CNI e da Força Sindical atuam como adjuvantes e coadjuvantes para manifestar aprovação à reforma, assim como o economista José Pastore, também professor de Relações de Trabalho na Universidade de São Paulo. O único antagonista presente é a Central Única dos Trabalhadores, que se manifesta por meio de nota contrária à proposta do governo Temer.

As narrativas jornalísticas dispõem de estratégias para gerar no público efeitos de real (objetivação) e poéticos (subjetivação) por meio das palavras, imagens, expressões, discursos e enquadramentos adotados. Como estratégia de objetivação, a narrativa do Jornal Nacional utiliza fontes institucionais – governamentais, patronais, sindicais e acadêmica –, sendo que aquelas que se manifestam favoravelmente às mudanças na legislação ocupam 3min30s (43,6%) da reportagem, ao passo que a única fonte contrária, manifesta de forma indireta, dispôs de tão somente 3,7% do tempo. Assim, tal viés é reforçado. Entre as estratégias de subjetivação está a ênfase no suposto consenso entre empregadores e trabalhadores para a construção de um novo tipo de relação laboral, o que transmite a sensação de estabilidade e

fomenta no público a esperança de que tempos melhores não de vir, sendo que no fim de 2016 o Brasil vivenciava um contexto econômico e político de crise.

Como metanarrativa, pode-se inferir que o Estado gera entraves para que a iniciativa privada possa exercer suas atividades com liberdade e eficiência, entre elas a negociação de questões trabalhistas com seus funcionários, o que significa o afastamento da intermediação do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho. Também fica subentendida a metanarrativa segundo a qual os empregadores só não contratam mais empregados em razão dos entraves burocráticos impostos pela legislação trabalhista.

Na chamada da reportagem pelos âncoras do Jornal Nacional, a proposta do governo é definida como uma *minirreforma*, o que se mostra contraditório na sequência, já que uma simples *minirreforma* não demandaria uma reportagem extensa – com 8 minutos de duração, tempo geralmente dedicado a assuntos amplos e complexos, tais como a reforma trabalhista. A partir desse ponto, a narrativa do Jornal Nacional adota como estratégia inicial para transmissão de sentido explicações sobre pontos da reforma que poderiam alterar o cotidiano dos trabalhadores e empregadores. Outra estratégia da narrativa é a quase inexistência de vozes dissonantes, aspecto que pode induzir o telespectador a compreender que a reforma trabalhista seria uma questão consensual entre empregadores e empregados e que tão somente traria benefícios para ambos os lados.

A reforma trabalhista foi aprovada pelo Senado Federal em 11 de julho de 2017 e sancionada pelo então presidente da República, Michel Temer, dois dias depois, sem vetos. Essas normas trabalhistas que alteraram a Consolidação das Leis do Trabalho foram levadas a cabo por intermédio da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, e começaram a vigorar 120 dias após sua publicação. O texto aprovado passou a prever novas modalidades de trabalho, como o intermitente e o remoto. Dentre as mudanças trazidas pela reforma são dignas de nota, por exemplo, a contribuição sindical, a qual passou a ser opcional, e o trabalho de grávidas em ambientes insalubres, que passou a ser permitido, desde que o empregador apresente atestado médico que considere a ausência de risco tanto ao bebê quanto à mãe.

Referências

ADJUVANTE. In: HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BARTHES, Roland. Introdução à Análise Estrutural da Narrativa. In: BARTHES, R. et al. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 1971.

BELLO, Ângela A. **Introdução à fenomenologia**. São Paulo: EDUSC, 2006.

BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2013.

CONTRERA, Malena Segura. Jornalismo e mídia: o fim do real e a consagração do universo midiático. In: CONTRERA, M. S.; FIGUEIREDO, R. R.; REINERT, L. **Jornalismo e**

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C; BENETTI, M. (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa**. São Paulo: Difel, 2002.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: Papyrus, 1994. (Tomo I).

SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidade social**. Buenos Aires: Amorrortu, 1995.

Raylton Alves BATISTA

Mestrado em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Possui graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Católica de Brasília (2005). Desde 2006, atua como Jornalista na Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) da Agência Nacional de Águas (ANA). Desde 2018, exerce o cargo de Coordenador de Comunicação Social da Ana. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Assessoria de Comunicação Social da ANA. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Assessoria de Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: jornalismo, comunicação, recursos hídricos, agências reguladoras, fotografia, diagramação e esporte.
